

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00901/2016)

DEVEDOR

Ente Federativo/UF:	Ibirajuba/PE	CNPJ:	11.256.062/0001-85
Endereço:	AV. TENENTE XAVIER ARAUJO, 100		
Bairro:	CENTRO	CEP:	55390-000
Telefone:	(087) 3794-1130	Fax:	(087) 3794-1130
E-mail:	prefeitura@ibirajuba.pe.gov.br		
Representante legal:	SANDRO ROGERIO MARTINS DE ARANDAS		
CPF:	588.131.794-72		
Cargo:	Prefeito	Complemento:	
E-mail:	prefeitura@ibirajuba.pe.gov.br	Data início da gestão:	01/01/2013

CREDOR

Unidade Gestora:	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICIPIO DE IBIRAJUBA	CNPJ:	05.377.687/0001-00
Endereço:	RUA JOÃO ONOFRE AMORIM, S/N		
Bairro:	CENTRO	CEP:	55390-000
Telefone:	(087) 3794-1130	Fax:	(087) 3794-1178
E-mail:	orlayne.arandas@hotmail.com		
Representante legal:	ORLAYNE ALINE ARANDAS GOMES		
CPF:	049.552.634-70		
Cargo:	Presidente	Complemento:	
E-mail:	orlayne.arandas@hotmail.com	Data início da gestão:	01/03/2013

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº LEI 195/2014 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICIPIO DE IBIRAJUBA é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Ibirajuba da quantia de R\$ 2.442.770,11 (dois milhões e quatrocentos e quarenta e dois mil e setecentos e setenta reais e onze centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 01/2014 a 09/2016, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Ibirajuba confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 2.442.770,11 (dois milhões e quatrocentos e quarenta e dois mil e setecentos e setenta reais e onze centavos), será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 40.712,84 (quarenta mil e setecentos e doze reais e oitenta e quatro centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 40.712,84 (quarenta mil e setecentos e doze reais e oitenta e quatro centavos), vencerá em 12/12/2016 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, e multa de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento), conforme Lei nº LEI 195/2014.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00901/2016)

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento).

Cláusula Quarta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações:

- a) a infração de qualquer das cláusulas do termo;
- b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas;
- c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de março de 2013, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados.

Cláusula Quinta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irrevogável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sexta - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Sétima - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.


Ibirajuba - PE / 29/11/2016


Prefeitura Municipal de Ibirajuba
SANDRO ROGERIO MARTINS DE ARANDAS


FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IBIRAJUBA
ORLAYNE ALINE ARANDAS GOMES

Testemunhas:


MANOEL JUSTINO DUARTE
SECRETÁRIO DE FINANÇAS
CPF: 027.129.684-41
RG: 5747726


LUIS FRANCISCO DA SILVA
PRESIDENTE DE CONSELHO FISCAL
CPF: 792.869.174-49
RG: 3237354

DECLARAÇÃO

SANDRO ROGERIO MARTINS DE ARANDAS, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 00901/2016, firmado entre o/a Ibirajuba e o FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE IBIRAJUBA em 29/11/2016, foi publicado em 29/11/2016 no

☒ mural

() jornal _____ - Edição nº _____, de ____/____/____

() Diário Oficial do _____ - Edição nº _____, de ____/____/____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Ibirajuba, 29/11/2016


SANDRO ROGERIO MARTINS DE ARANDAS

Prefeito